

Relatório estadual

PERNAMBUCO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome:	Sidney Rocha
Telefones (informe dois telefones):	
E-mail (informe dois e-mails):	

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
Wilton de Melo Gonçalves Barbosa	Poder Público
Jackson Cavalcante Júnior	Poder Público
Hélder Remígio de Amorim	Sociedade Civil
Wheldson Rodrigues Marques	Sociedade Civil

AVISO DE PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Este modelo de documento foi elaborado para fins de registro e publicidade das etapas da Conferência. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e ao Princípio da Transparência Pública, informa-se que:

Dados restritos - A planilha e o documento para coleta de informações para cadastro e emissão de passagens, anexos, com dados pessoais da delegação eleita e as informações contidas exclusivamente nesta primeira página, que incluem dados de contato (telefones e e-mails) do Responsável pela Comissão Organizadora, possuem finalidade estritamente administrativa e institucional, e não serão publicizadas sem autorização prévia, objetivando a proteção da privacidade dos agentes envolvidos (Art. 2º, IV da LGPD).

Dados públicos - A partir da seção de Apresentação, incluindo as Propostas Aprovadas, Lista geral de Delegação eleita (apenas nomes, sem dados pessoais), Moções, Registros de participação e demais anexos, o conteúdo é destinado à ampla divulgação na página oficial da Conferência e em resposta a pedidos de acesso à informação, garantindo o controle social e a transparência do processo democrático.

Relatório estadual

PERNAMBUCO

APRESENTAÇÃO

No dia 13 de abril de 2026 foi realizada a Etapa Estadual de Pernambuco da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq), organizada pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), com a colaboração do Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães e da Agência de Tecnologia da Informação de Pernambuco.

O evento ocorreu em formato híbrido, com atividades presenciais realizadas no auditório da Agência de Tecnologia da Informação de Pernambuco e participação remota do público por meio de plataforma de videoconferência.

As inscrições ocorreram no período de 03 a 12 de abril, por meio de formulário próprio, amplamente divulgado em mídias eletrônicas, redes sociais, e distribuído internamente aos órgãos do Governo do Estado, às principais instituições de ensino superior, aos arquivos privados e às empresas prestadoras de serviços de gestão documental. Ao todo, 83 (oitenta e três) pessoas se inscreveram, das quais 62 (sessenta e dois) participaram efetivamente da conferência.

A abertura do evento contou com o discurso do Diretor do APEJE, Sidney Rocha, seguido da leitura do Regimento Interno pela estudante de Arquivologia Antonieta Ramos, membro da Coordenação Executiva, e das orientações metodológicas apresentadas por Wilton Barbosa, Coordenador do APEJE. Em seguida, os participantes foram distribuídos em salas temáticas correspondentes aos eixos da conferência nacional.

Durante o período da manhã, os grupos de trabalho debateram e formularam propostas, culminando na escolha de até três proposições por eixo temático, bem como na eleição de delegados. No período da tarde, realizou-se a Plenária de Encerramento, na qual os candidatos eleitos foram apresentados e as propostas selecionadas foram lidas, discutidas e submetidas à deliberação, resultando na aprovação de duas propostas por eixo, enquanto as demais foram convertidas em moções.

Ao final da etapa estadual, foram eleitos 5 (cinco) delegados representantes da sociedade civil e 2 (dois) delegados do poder público, que, somados aos 2 (dois) delegados natos deste segmento, representarão o estado de Pernambuco na 2ª CNArq. As pessoas candidatas não eleitas foram designadas como suplentes.

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Mediadores: Jackson Cavalcante Júnior e Mônica Teixeira Maciel

Número de participantes: 06.

Delegado eleito: Mônica Teixeira Maciel (04 votos válidos).

Os debates deste grupo de trabalho convergiram em torno da necessidade de fortalecimento estrutural e institucional dos arquivos públicos, sobretudo no âmbito municipal, destacando-se a importância de sua consolidação como política de Estado. As discussões evidenciaram a fragilidade de muitos arquivos municipais, praticamente inexistentes em nosso estado, o que motivou a defesa da criação de serviços arquivísticos dotados de autonomia administrativa, orçamento próprio e equipes qualificadas.

Outro eixo central do debate foi o reconhecimento dos arquivos públicos como função permanente de Estado, com ênfase na necessidade de garantir sua continuidade institucional independentemente de mudanças de gestão. Nesse sentido, os participantes ressaltaram a importância de instrumentos normativos que assegurem a realização periódica de concursos públicos, evitando a descontinuidade das políticas arquivísticas e a perda de memória institucional.

Por fim, discutiu-se amplamente a composição das equipes de trabalho, com defesa da obrigatoriedade de formação de quadros multidisciplinares, capazes de atender às diversas dimensões da gestão documental. Houve forte posicionamento contrário à precarização das relações de trabalho, com ênfase na necessidade de recomposição de equipes por meio de vínculos efetivos e na vedação da substituição de funções técnicas por contratações temporárias ou terceirizadas. Esses pontos refletiram uma preocupação comum com a profissionalização da área e a garantia de qualidade e continuidade dos serviços arquivísticos.

Proposta 1

Fomentar, por meio de transferências fundo a fundo condicionadas, assistência técnica continuada, capacitação nacional e indução normativa via convênios e critérios de repasse, a criação de arquivos públicos e serviços arquivísticos municipais, com garantia de autonomia administrativa, orçamento próprio e quadro permanente de servidores qualificados.

Proposta 2

Reconhecer os arquivos públicos como função permanente de Estado, assegurando sua continuidade institucional por meio de concursos públicos periódicos para formação e recomposição de equipes multidisciplinares, compostas por arquivistas, bibliotecários, historiadores, museólogos e profissionais de conservação e restauro, vedando a substituição de funções técnicas por contratações precárias no o exercício de atribuições técnicas na gestão documental.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Mediadores: Artur Garcéa Rocha e Wilton Barbosa

Número de participantes: 14.

Delegado eleito: Francisco Filipe dos Santos (07 votos).

Os 14 participantes deste grupo de trabalho concentraram-se na qualificação técnica da gestão documental e na institucionalização de práticas arquivísticas na administração pública. Destacaram a necessidade de criação e fortalecimento de CPADs, com responsabilidade técnica qualificada, bem como a implementação de programas contínuos de formação e apoio técnico aos servidores.

Também se discutiu a incorporação da inteligência artificial, com ênfase na definição de diretrizes que garantam a integridade, autenticidade e confiabilidade dos documentos arquivísticos.

Proposta 1

Instrumentalizar agentes públicos estaduais e municipais para a constituição de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos na administração pública, com participação de profissional qualificado como responsável técnico, garantindo a avaliação, destinação e eliminação documental conforme critérios técnicos e normativos.

Proposta 2

Instituir programas permanentes de formação, consultoria e apoio técnico em gestão documental para servidores da administração pública nos três níveis federativos, com mecanismos institucionais de acompanhamento que promovam a aplicação dos conhecimentos nas rotinas administrativas e instrumentos de gestão.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

Mediadores: Antonieta Ramos e Alexandre Alves Dias

Número de participantes: 23.

Delegado eleito: Antonieta Ramos (23 votos).

Os debates do eixo temático 3 centraram-se no financiamento, na cooperação federativa e na qualificação técnica voltados à preservação e difusão dos acervos. Destacou-se a necessidade de criação de fundo específico para assegurar recursos contínuos à infraestrutura e modernização dos arquivos; também se enfatizou a importância de programas federais permanentes de apoio técnico, e da atuação do Arquivo Nacional na formação continuada de equipes multidisciplinares, fortalecendo redes de cooperação e garantindo a sustentabilidade das políticas arquivísticas.

Proposta 1

Instituir, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, fundo federal destinado à preservação e modernização do patrimônio arquivístico nacional, com repasse de recursos da União a estados e municípios para conservação de acervos físicos em risco, digitalização de documentos de guarda permanente e implantação de repositórios digitais certificados.

Proposta 2

Garantir que o Arquivo Nacional, em parceria com as instituições federais de ensino superior e os arquivos públicos estaduais, ofereça formação técnica continuada de equipes multidisciplinares que atuam em arquivos e espaços de memória, visando à preservação e difusão dos acervos e à manutenção de quadros qualificados.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Mediador: Wilton Barbosa

Número de participantes: 05.

Não houve candidatura para este eixo temático.

O grupo de trabalho discutiu a estruturação de redes de fomento à formação continuada de profissionais de arquivo, partindo do consenso de que a acessibilidade universal e o atendimento inclusivo devem ser condições estruturantes dessas iniciativas. Em seguida, destacou-se a lacuna na criação e atualização de instrumentos de pesquisa, com indicação de editais de fomento como mecanismo indutor, incluindo iniciativas voltadas à memória social.

Proposta 1

Estabelecer redes de fomento que possibilitem a formação continuada de profissionais que atuam em arquivos, com foco em atendimento inclusivo, mediação e difusão, respeitando os princípios arquivísticos, assegurando acessibilidade universal e ampliação do acesso à informação.

Proposta 2

Estimular a criação e a atualização de instrumentos de pesquisa e acesso à informação arquivística, em conformidade com as normas técnicas, por meio de editais de fomento, incluindo iniciativas voltadas à memória social.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Mediadores: Hélder Remígio de Amorim e Carlos Alberto Marques

Número de participantes: 05.

Delegado eleito: Hélder Remígio (05 votos).

O grupo debateu qualificação profissional e o fortalecimento acadêmico a partir da ausência de um curso de graduação em Arquivologia em Pernambuco, onde a gestão documental é frequentemente exercida por profissionais de outras áreas. Inicialmente, no tocante à criação de mecanismos de cooperação entre universidades e instituições arquivísticas para fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão em Arquivologia e áreas correlatas.

Em seguida apontou-se a articulação entre instituições arquivísticas, universidades e setor privado para programas de formação, estágios e capacitação técnica em gestão documental e preservação digital, com atenção à realidade de um estado sem formação específica na área.

Proposta 1

Estabelecer mecanismos de cooperação entre universidades e instituições arquivísticas, visando fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão em Arquivologia e áreas correlatas.

Proposta 2

Promover a articulação entre instituições arquivísticas, universidades e setor privado para oferta de programas de formação, estágios e capacitação técnica em gestão documental e preservação digital.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Mediadores: Sidney Rocha e João Filipe Santos da Silva Xavier

Número de participantes: 09.

Delegado eleito: João Filipe da Silva Xavier (06 votos).

O grupo debateu a necessidade de políticas arquivísticas que reconheçam e protejam memórias historicamente marginalizadas, com atenção à autonomia dos grupos detentores desses acervos e à diversidade de formas de organização da memória social.

Num primeiro momento, discutiu-se a instituição de programa permanente de fomento a arquivos de grupos historicamente excluídos, com destaque para a importância de um financiamento simplificado e de apoio técnico não impositivo, que respeite as formas próprias de organização dessas comunidades.

Em seguida, tratou-se da revisão dos critérios de reconhecimento de interesse público de acervos arquivísticos, sinalizando a necessidade de que tais critérios reflitam a pluralidade da memória nacional. Por fim, foi proposta a regulamentação de modelos de cooperação entre arquivos públicos e acervos privados, a fim de garantir-se o acesso sem risco à autonomia desses acervos.

Proposta 1

Instituir programa permanente de fomento a arquivos de grupos historicamente excluídos, com financiamento simplificado, apoio técnico não impositivo, formação continuada e incentivo à formação de redes, assegurando a preservação dessas memórias e o respeito às suas formas próprias de organização e autonomia.

Proposta 2

Revisar os critérios de reconhecimento de interesse público de acervos arquivísticos, incorporando princípios de equidade racial, de gênero e diversidade sexual, com participação social na sua definição e estabelecimento de mecanismos de monitoramento.

DELEGAÇÃO ELEITA

Preencha a tabela abaixo e a planilha anexa a este relatório com os dados de contato da delegação. **Verifique a quantidade estabelecida na tabela constante no Documento Orientador e demais documentos oficiais da conferência.** *Em todas as categorias de pessoas delegadas, para cada titular deverá ser indicada uma pessoa suplente, que será credenciada na ausência do titular.*

A delegação deverá conter o mínimo de 50% para a Sociedade Civil, significando que o encaminhamento das pessoas delegadas do Poder Público estará vinculado à quantidade de pessoas delegadas da Sociedade Civil encaminhadas pela etapa, para não ultrapassar o percentual estabelecido

SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO (A, B,C, D)	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	C	Mônica Teixeira Maciel	
2.	D	Francisco Fabiano Barros de Souza	
3.	C	Antonieta Costa Ramos	
4.	D	Hélder Remígio de Amorim	
5.	A	João Filipe Santos da Silva Xavier	Wheldson Rodrigues Marques
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Wilton de Melo Gonçalves Barbosa	
2.	Débora Lobo Bonald Pedrosa Irmão	

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Não houve indicação	

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Não houve indicação	

ARQUIVOS OU SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Não houve indicação	
2.	Não houve indicação	
3.	Não houve indicação	

DELEGAÇÃO NATA

Preencha a tabela abaixo e a planilha anexa a este relatório com os dados de contato das pessoas delegadas natas representantes A) da Rede Nacional de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal presentes à etapa e B) dos Arquivos Públicos Municipais do referido estado selecionados pela Comissão Organizadora Nacional presentes à etapa. **Verifique a quantidade estabelecida na tabela constante no Documento Orientador e demais documentos oficiais da conferência.** *Em todas as categorias de pessoas delegadas, para cada titular deverá ser indicada uma pessoa suplente, que será credenciada na ausência do titular.*

DELEGAÇÃO NATA – Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do DF

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Sidney Rocha	

DELEGAÇÃO NATA – Arquivos Municipais Selecionados

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Jackson Cavalcante Júnior	

DADOS SOBRE A ETAPA

Participantes da etapa

Participantes da etapa (presencial)	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
1. Anamélia Amorim	Sociedade Civil
2. Antonieta Costa Ramos	Sociedade Civil
3. Artur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha	Sociedade Civil
4. Conceição Maria do Nascimento	Sociedade Civil
5. Deybson Afonso Pereira	Poder Público
6. Emerson Correia de Lucena	Poder Público
7. Frederico José Bezerra da Silva Carvalho	Sociedade Civil
8. Hélder Remigio de Amorim	Sociedade Civil
9. Hildo Leal da Rosa	Poder Público
10. Joelma Gonçalves da Silva	Sociedade Civil
11. Kalline Andrade Ferreira	Sociedade Civil
12. Marcos Aurélio Dornelas	Poder Público
13. Reginaldo Ribeiro da Silva	Poder Público
14. Roberto José Soares de Moura	Sociedade Civil
15. Sidney Rocha	Poder Público
16. Wanessa Arkisa de Moraes	Sociedade Civil

Participantes da etapa (teleconferência)	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
17. Adriana Maria Paulo da Silva	Poder Público
18. Alexandre Alves Dias	Poder Público
19. Ana Claudia Alencar Correia Martins de Souza	Sociedade Civil
20. Ana Sofia de Mello Cassundé	Poder Público
21. Ananda Fernandes Valério	Poder Público
22. Anselmo Cabral da Silva	Poder Público
23. Beatriz de Oliveira Barbosa	Sociedade Civil
24. Bruna Iglezias Motta Dourado	Sociedade Civil
25. Carlos Alberto Marques	Poder Público
26. Cidiney Duarte de Lima	Poder Público
27. Cláudia Gonçalves Ferreira Reis	Sociedade Civil
28. Daniela Paula Lima Bezerra da Silva	Poder Público
29. Débora Lobo Bonald Pedrosa Irmão	Sociedade Civil
30. Edilma Maria Machado	Sociedade Civil
31. Fabiana Silva Romualdo	Poder Público
32. Francisco Fabiano Barros de Souza	Sociedade Civil
33. George José Rodrigues de Melo	Poder Público
34. Gilmara Martini Pompelli	Poder Público

35. Ida Conceição Andrade de Melo	Sociedade Civil
36. Ingrid Rique da Escóssia Pereira	Sociedade Civil
37. Jackson Cavalcanti Júnior	Poder Público
38. Jacqueline Aragão	Poder Público
39. João Filipe Santos da Silva Xavier	Sociedade Civil
40. Joyce Sales de Carvalho	Poder Público
41. Juliana de Arruda Tassell	Poder Público
42. Keila Araújo de Farias Nunes	Poder Público
43. Kelly Lucy da Costa Ferreira	Sociedade Civil
44. Kezia de Lira Feitosa	Poder Público
45. Leonardo de Souza Arruda	Poder Público
46. Marina da Silva Lima	Sociedade Civil
47. Marlene Paraguai de Albuquerque Silva	Poder Público
48. Matheus Gabriel Normandy dos Santos	Sociedade Civil
49. Milena Silva de Albuquerque Brandão	Poder Público
50. Mônica Teixeira Esteves Maciel	Sociedade Civil
51. Nathália D'Hervellyn Rabelo de Barros Araujo	Sociedade Civil
52. Núbia de Souza Ferreira	Poder Público
53. Patrícia Camilla Souza de Moraes	Sociedade Civil
54. Quezia Ferreira dos Santos Lins	Sociedade Civil
55. Renato Motta Rodrigues da Silva	Sociedade Civil
56. Roselia Adriana Barbosa da Rocha	Poder Público
57. Shirlei Campelo Vilarim	Sociedade Civil
58. Tarciana Santana Oliveira	Poder Público
59. Thais Helen do Nascimento Santos	Sociedade Civil
60. Thamyres Dantas Alves	Sociedade Civil
61. Vanessa Viviane de Castro Sial	Sociedade Civil
62. Wheldson Rodrigues Marques	Sociedade Civil

Listagem de localidades presentes na etapa estadual/Distrital;

- Jaboatão dos Guararapes;
- Olinda;
- Paudalho;
- Paulista;
- Recife;
- São Lourenço da Mata;
- Vitória de Santo Antão.

MOÇÕES APROVADAS

Quantidade de moções aprovadas: 03

Moção 1:

Destinatário: Universidade Federal de Pernambuco
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção:
Resumo da moção: Solicitar à Universidade Federal de Pernambuco a criação do curso de Bacharelado em Arquivologia, suprimindo lacuna formativa que compromete a qualidade da gestão documental no estado, e contribuindo para a qualificação de quadros especializados em preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico público e privado em Pernambuco.

Moção 2:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção:
Resumo da moção: Estabelecer diretrizes para o uso da inteligência artificial na gestão documental, orientadas por princípios arquivísticos, assegurando a integridade, autenticidade e confiabilidade dos documentos, bem como a mitigação de riscos nos processos de produção, organização, acesso e preservação da informação.

Moção 3:

Destinatário: CONARQ
Tipo de moção: Recomendação
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção:
Resumo da moção: Regulamentar modelos de cooperação entre arquivos públicos e acervos privados ou comunitários, prevendo custódia compartilhada, digitalização e difusão, sem transferência de propriedade, com definição de responsabilidades técnicas e condições de acesso.

REGISTROS

Inclua aqui fotos e materiais de sites, blogs e da mídia a respeito da etapa realizada.

<https://revistacontinente.com.br/secoes/noticias/conferencia-debate-sobre-a-producao-e-o-futuro-dos-registros-publicos>

<https://www.instagram.com/arquivopublicodepernambuco/reel/DXEtFXwkSES/?hl=en>

https://www.instagram.com/arquivopublicodepernambuco/reel/DW_TtdLDrwX/?hl=en

<https://www.instagram.com/arquivopublicodepernambuco/reel/DW4jpxuCe2e/?hl=en>

<https://www.instagram.com/arquivopublicodepernambuco/reel/DWtmAUFEVsd/?hl=en>





← | C... | 1 | 🔊

Propostas e... • Salvo

Arquivo **Página Inicial** Inserir Desenhar Design Layout Referências Correspond Revisão Exibir Ajuda

Colar Fonte Parágrafo Estilos Editando Ditar Suplementos Editor Copilot

Área de Transferência Estilos Voz Suplementos

PROPOSTAS DO EIXO 4

Proposta 10

Promover a qualificação continuada de profissionais que atuam em arquivos, com foco em atendimento inclusivo, mediação e difusão arquivística, assegurando acessibilidade universal e ampliação do acesso à informação.

Proposta 11

Estimular a criação de instrumentos de pesquisa e acesso à informação arquivística, em conformidade com as normas técnicas, por meio de editais de fomento, incluindo iniciativas voltadas à memória social.

Página 1 de 1 30 de 233 palavras Português (Brasil) Foco 100%

🔇 Artur está apresentando e fazendo anotações

Mais 29 pesso...

Você Ananda RENATO

🔇 🔇 😊 ⋮ 📞





2ª Conferência Nacional de ARQUIVOS CNArq

ARQUIVO PÚBLICO PERNAMBUCO 80 ANOS

13 ABR
A PARTIR DAS 9H

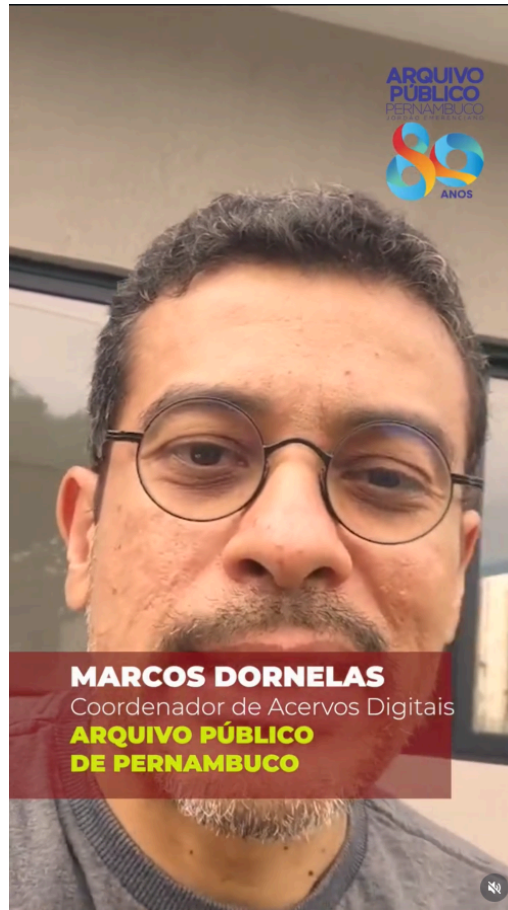
ETAPA ESTADUAL
PERNAMBUCO

evento virtual/inscrições gratuitas pelo link
<https://forms.gle/LALsmLHpa9X4r5c28>

ARQUIVO PÚBLICO PERNAMBUCO GOVERNO PERNAMBUCO







ANEXOS

Lista de anexos que compõem o documento final da etapa.

1. Planilha de dados da delegação eleita;
2. Documento contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens (de preenchimento pela própria pessoa delegada eleita)
3. Dados sobre a etapa realizada;
4. Sobre as moções aprovadas para a etapa;
5. Registros da etapa.

PLANILHA DE DADOS DA DELEGAÇÃO ELEITA

Utilize o modelo de planilha para preencher os dados da delegação eleita, também disponível na pasta de instrumentais e envie em formato aberto (xls.) junto a este arquivo para o email 2cnarquivos@gestao.an.gov.br.

Nota de Privacidade (LGPD): A planilha contendo os dados detalhados da delegação eleita possui caráter estritamente administrativo e restrito à organização. Em observância à Lei Geral de

Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a planilha não será publicizada junto ao relatório principal para resguardar a privacidade e a segurança dos dados pessoais das pessoas delegadas eleitas.

DOCUMENTO CONTENDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CADASTRO E EMISSÃO DE PASSAGENS

Utilize o modelo de documento de coleta de dados necessários para cadastro e emissão de passagens, também disponível na pasta de instrumentais. O documento deverá ser preenchido e **ASSINADO** pela pessoa delegada eleita e enviado como imagem ou .pdf junto a este arquivo para o e-mail 2cnarquivos@gestao.an.gov.br.

Nota de Privacidade (LGPD): O documento contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens da delegação eleita possui caráter estritamente administrativo e restrito à organização. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o documento não será publicizado junto ao relatório principal para resguardar a privacidade e a segurança dos dados pessoais das pessoas delegadas eleitas.

